

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DE GÊNERO E AS MULHERES NA PRISÃO

Claudia Priori*

Resumo: Este artigo discute a questão da identidade cultural enquanto uma construção social e histórica, bem como a construção social da identidade de gênero, especialmente as múltiplas identidades femininas, uma vez que a identidade não é única e estável. Identidade e Gênero são dois conceitos muito dinâmicos que dependendo o contexto social, político e econômico em que ocorrem assumem significados e efeitos de sentido distintos. Além disso, o artigo trata também da identidade feminina nas prisões, em que o gênero é utilizado marcadamente para definir as relações sociais.

Palavras-chave: Identidade, gênero, mulheres, prisão.

THE GENDER'S SOCIAL IDENTITY CONSTITUTION AND THE WOMEN IN THE PRISON

Abstract: This article discusses the question of cultural identity as one social and historic constitution, too discusses the gender's social identity constitution, especially the several feminine identity, now the identity doesn't only and stable. Identity and Gender are two concepts very dynamics that depends the social, political and economic context for assume meanings and sense's effects distinct. And again, this article too treats by feminine identity in the prisons, for the gender is utilized to define the social relations.

Keywords: Identity, gender, women, prison.

Comumente quando se fala em Identidade se atrela à condição do “si” e não do “outro”, tendo-se a impressão que Identidade é apenas a afirmação do “si”, do que se é, em negação ao que não se é, o “outro”. Esta é uma visão simplista de Identidade perante a complexidade que envolve a temática com dilemas e especulações que são feitas pelos mais variados profissionais de distintas áreas do conhecimento.

Apropriamos-nos aqui da seguinte definição de Identidade, “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2000, p. 22). Para o autor, identidade é uma fonte de significados e experiência de um povo, aquilo que se elege como noção de pertencimento, que promove efeito de sentido, de identificação.

O processo de construção de identidade acontece sempre em um contexto social, marcado por relações de poder, simbolismos e atributos culturais. A identidade cultural ocorre de acordo com os contextos sociais e com a identificação simbólica que os atores sociais constroem por meio de um processo de individuação, portanto, identidade não nos remete apenas ao “si”,

mas está vinculada ao “outro”, não dá para pensar o “Eu” desarticulado do “Grupo” (social), a identidade se constrói num processo relacional.

Atualmente, com a ampla interligação dos sujeitos através dos meios de comunicação e informação altamente rápidos, a compressão do espaço-tempo, a globalização, a *pós-modernidade*¹ e a fragmentação do indivíduo fizeram que novas relações sociais fossem configuradas no mundo *pós-moderno*, caracterizando alguns elementos das discussões sobre a identidade cultural.

A idéia de uma identidade única, fixa e permanente tão apregoada pelo Iluminismo, com base num sujeito centrado, unificado, vai sendo destronada a partir das novas relações sociais da *modernidade tardia* ou *pós-modernidade*. O sujeito (ser histórico e social), ao passar por mudanças nas relações de produção, nas relações culturais e interpessoais, nas formas de comunicação e informação, deixa de ter uma identidade única e estável e passa a ser um sujeito fragmentado, e se apropria de novos atributos culturais, emergindo assim novas identidades, nem sempre coerentes ou resolvidas.

A identidade cultural é um processo em construção e é definida historicamente pelas práticas e representações sociais que rodeiam o sujeito. Para HALL (2006, p. 13) *“a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”*. Essas transformações nos processos culturais e suas representações fazem com que os sujeitos estejam constantemente deslocando suas identidades para diferentes direções, contraditórias às vezes, mas em permanente fluidez.

A visão unificada e homogênea de identidade cultural vai perdendo terreno para novos significados e novas identificações, devido à tendência cada vez maior de interdependência global que *“está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural”* (HALL, 2006, p. 74).

Não é raro vermos grupos de pessoas que se identificam entre si pela forma de vestir, de falar, de se comportar, e passado algum tempo já não estão mais naquele grupo ou *tribo*, mas em outro, pois assumem novas formas de identificações, demonstrando a efemeridade das identidades culturais atualmente. Um outro exemplo é a infiltração cultural, ou seja, como aspectos de culturas distintas invadem e partilham umas com as outras, suas imagens, mensagens, artefatos, bens e serviços, devido à facilidade dos meios de comunicação e consumismo. Percebe-se assim, que as identidades flutuam livremente, não são estáticas, unificadas ou homogêneas, mas estão em constante transformação re-significando seus efeitos de sentido, suas identificações.

A construção social da identidade de gênero

A partir dessa concepção de identidade é que podemos analisar a construção da identidade social de gênero, na sua perspectiva cultural, e os significados específicos que as relações de gênero exercem em seus contextos históricos distintos. E isso “*pressupõe uma reflexão sobre a 'diferença', nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, no processo de socialização e na construção da identidade social de gênero*” (SAMARA, 1997, p. 13). Assim, estamos diante de dois conceitos dinâmicos: identidade e gênero, pois ambos são construídos social e historicamente, de formas distintas, dependendo do tempo e espaço em que se inserem os sujeitos.

Compreender a pluralidade existente na construção da identidade social de gênero ao considerarmos elementos como tempo, lugar, classe, raça, idade, estado conjugal entre inúmeros outros, possibilita a desconstrução dos estereótipos e da homogeneização atribuída muitas vezes à identidade feminina. A ideia de uma identidade feminina única, naturalizada, deixa de ter sustentação quando a categoria gênero, a partir da década de 1970, é introduzida nos estudos históricos e coloca em pauta a discussão da construção social da identidade de gênero.

Os contextos históricos variados devem ser observados quando se analisa o processo de “*construção social da nossa identidade como mulheres*” (SAMARA, 1997, p. 17), pois dependendo do contexto sócio-histórico, a identidade feminina é construída de forma diversificada. Os arquétipos e estereótipos que vão sendo colados à nossa identidade como mulheres, e algumas imagens femininas como mãe, esposa, dona-de-casa, ideal de beleza, casamento entre outras, vão assumindo significados diferentes em cada contexto cultural nas relações de gênero.

É importante frisar aqui a distinção que CASTELLLS (2000, p. 23) faz entre papéis e identidades. Papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade (mãe, trabalhadora, vizinha, esposa, freqüentadora de uma igreja, etc.). Já identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por ele originadas, e construídas por meio de um processo de individuação (sexo, classe, raça/etnia, inclinação política, nação, etc.).

Portanto, os arquétipos de mãe, esposa, dona de casa que foram ao longo do tempo impressos à nossa identidade como mulheres, nem sempre adquiriram significados para todas as mulheres, pois muitas não se identificavam e não se identificam com essas imagens e representações da identidade feminina, uma vez que os papéis de mãe, esposa e dona de casa, organizam funções em suas práticas cotidianas e não significados.

A identidade feminina como algo único, fixo, não mais se sustenta diante das múltiplas diferenças existentes entre variadas culturas. A percepção e atenção dada pelas estudiosas e estudiosos em relação à diversidade no processo de socialização e de construção da identidade de gênero, rompeu

com a visão atomizada de uma identidade essencializada, permitindo que a individualidade, as singularidades e semelhanças sejam valorizadas e vinculadas a contextos históricos e sociais específicos.

A partir do momento que os estereótipos do feminino (mãe, esposa e dona de casa) são contestados e novos elementos como trabalho, planejamento familiar, sucesso profissional vão se configurando à imagem feminina, começa a ocorrer a crise de identidade vivenciada pelas mulheres. Entretanto, é no momento de crise que muitas identidades são reformuladas e mantidas, ou seja, pode-se ser mãe e ter uma carreira profissional, ainda que o desempenho desses papéis necessite de readaptações no processo de construção da identidade social de gênero. Pois, por mais que haja uma ruptura entre o tradicional e o moderno, por mais que velhas identidades sejam descentradas, sempre há permanências e continuidades ao forjar novas identidades.

Ao se discutir a questão da identidade social de gênero, como já apontado, é necessário abordar também o conceito da “diferença” com o intuito de entender as desigualdades existentes entre homens e mulheres que são perpassadas pelas relações de poder, bem como para compreender os significados variados que estas desigualdades de gênero assumem em cada contexto histórico. Um aspecto importante para essa compreensão é ir além do discurso dominante que pregava um sujeito universal centrado na figura masculina, e adentrar novas discussões acerca das relações de gênero, advindas da vanguarda do feminismo, especialmente a partir da década de 1970.

O discurso dominante de um modelo ideal de mulher, historicamente foi imitado e aceito pelas mulheres, delimitando assim a natureza, a identidade e os espaços de domínio do feminino. Entretanto, devemos lembrar que essa aceitação ou enquadramento ao modelo feminino tem variações dependendo do contexto político, econômico e cultural. Assim, a questão da identidade feminina mais uma vez se apresenta em crise, pois entre imagens e realidades, entre discursos e práticas sociais há abismos nem sempre tão fáceis de serem vencidos, já que larga é a distância entre o que as mulheres pensam ser e o que são verdadeiramente.

Sob o crivo da incorporação analítica da categoria gênero na década de 1980, pesquisadoras e pesquisadores não somente preocupados em analisar os papéis sociais prescritos às mulheres, mas principalmente em discutir os papéis conquistados pelas mulheres, começam a fazer uma releitura da produção historiográfica anterior mostrando as discrepâncias entre o discurso e a prática social, especialmente ao se considerar o contexto histórico. Em relação a isso, a historiadora argentina Reyna Pastor afirma que:

a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos

históricos. Por isso é importante conhecer a estruturação e a evolução dos sistemas de gênero, ou seja, dos conjuntos de papéis sexuais, assim como as suas relações e representações que definem culturalmente o feminino e o masculino lhes concedendo identidade. E nesse sentido o discurso de gênero foi diferente em cada época histórica e em cada cultura, expressando-se por paradigmas diversos e amparados pelo aparato jurídico, que funcionava como mecanismo de definição e de reprodução dos papéis genéricos (PASTOR, *apud*. KNECHER, 1994, p. 42).

A distância entre as representações e as práticas sociais é um ponto essencial de análise no que tange à construção da identidade social de gênero, pois evidencia que nem sempre as mulheres se adequaram aos papéis prescritos pela sociedade. As mulheres conquistaram, ao longo do tempo, espaços nas brechas do poder, ocuparam o mercado de trabalho, os bancos das universidades, cargos políticos, cargos de chefia nas empresas, sem mencionar a quantidade delas que são chefes de famílias. As mulheres romperam com o ideal de feminino tão propalado ao longo da história, bem como com o normativo de gênero, adentrando e ocupando espaços antes tidos como apanágio dos homens. Percebe-se assim, que a construção social da identidade de gênero não se faz por um único caminho, uma única via, mas sofre deslocamentos e constantes transformações dependendo do contexto social em que ocorre e dos significados e identificação simbólica que exercem na vida das mulheres e nas relações de gênero.

Identidade, gênero e as mulheres na prisão

Ao relacionarmos essas discussões de identidade e gênero com a criminalidade feminina² e a vida na prisão, é importante ressaltar que as mulheres que cometem crimes, as mulheres infratoras, violentas, criminosas ou outro sinônimo que sejam dados a elas, nos remetem ao rompimento que essas mulheres tiveram com o normativo de gênero, atribuído à sua identidade como mulheres.

Cometer crimes, ser violenta, infringir a lei e as normas sociais não parecem ser papéis compatíveis ao gênero feminino, pois a cristalização de discursos e representações acerca da passividade, delicadeza, modelos de virtude e dos bons costumes, foram muito recorrentes ao longo da história, no que tange à identidade atribuída às mulheres. A assimetria existente entre o feminino e a criminalidade, aponta mais uma vez para a inexistência de uma identidade feminina única e estática. O que prevalece são as múltiplas identidades femininas, e os atributos culturais que exercem determinados significados e efeitos de sentido para algumas mulheres, não tem a mesma importância para outras.

A questão da criminalidade e identidade de gênero nos leva a refletir

sobre a identidade das mulheres encarceradas, privadas de liberdade e do mundo exterior e perceber se na prisão, a identidade de gênero construída anterior à reclusão é abandonada em favor de novas identidades construídas ou reformuladas na vida prisional.

No século XIX, as prisões foram criadas como instituições totais, pois eram *“definidas como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”* (GOFFMAN, 2005, p. 11).

Para o autor, essas instituições totais, onde se incluem as prisões, os manicômios, e os conventos, são universos fechados em que as várias esferas de vida do indivíduo (residência, trabalho, lúdica) que no mundo exterior estão habitualmente separadas, nesses universos fechados essas barreiras se encontram removidas. As várias esferas acontecem no mesmo espaço e estão submetidas a uma gestão e a uma autoridade comuns, e onde os co-participantes são os mesmos, daí o adjetivo de *“totalizante”*.

As prisões seriam nessa perspectiva *“totalizante”*, um espaço fechado no qual a vida extra-muros deixada pra trás teriam suas esferas recriadas na prisão, e os indivíduos presos levariam uma vida reclusa por um período de tempo provisório, embora com dinâmicas próprias. Porém, o que se deve salientar, é que estas características totais não encontraram condições adequadas para serem adotadas e aplicadas nas prisões modernas, uma vez que houve uma rápida superlotação do sistema penitenciário, precária estrutura disciplinar e inviabilidade do silêncio obrigatório no regime penitenciário, ao longo do início do século XX.

Há que se considerar também, que mesmo não desempenhando essas funções totais, as prisões constituem uma *“micro-sociedade”*, com um quadro de vida específico, dotado de alguma autonomia, e certamente relações sociais com dinâmicas próprias, mas que não anulam ou substituem as relações sociais do mundo externo. A criação das prisões *“motivou o aparecimento de um fato social novo: uma sociedade desconhecida dentro de outra sociedade, de costumes e valores próprios”* (OLIVEIRA, 1996, p. 76).

A vida extra-muros – com seus valores e significados, redes de convívio, laços familiares, trabalho e diversão – continuam ainda sendo para a população carcerária (seja masculina ou feminina) privada de liberdade, um referente. Pois, por mais que na vida intra-muros haja uma tentativa de se recriar as esferas de vida do indivíduo (trabalho prisional, visitas íntimas, visitas familiares, jogos, educação, vida religiosa etc.), isso ainda *“não possui o mesmo significado, não definem pertencimentos, nem produz identidades de modo equivalente”* (CUNHA, 1994, p. 3). A referência de atributos como família, trabalho e residência ainda continuam do lado de fora dos muros. A vida na prisão não cria pertencimentos, é considerado apenas um tempo provisório.

Em referência à questão da construção da identidade de gênero nas

prisões, percebe-se que não haveria uma perda de identidade, pois o referente para as mulheres encarceradas é o mundo externo. As mulheres presas parecem não criar uma identidade própria de encarceradas, com valores, sentidos e significados que lhes dão uma noção de pertencimento ao universo prisional. A prisão é um espaço o qual ninguém se projeta nele, a projeção é o mundo externo, a liberdade, o que ficou lá fora, porque a condição de estar presa/encarcerada é tida apenas como um intervalo na vida que se levava no mundo exterior. Ainda mais atualmente, quando o período que se passa na prisão é bem curto mediante o bom comportamento e cumprimento de apenas uma parte da pena.

Assim, percebe-se que a noção de tempo e de espaço se fragmenta como se houvesse um parêntese no percurso, daí talvez não poder falar de construção de identidade na prisão, mas adoção de papéis em um espaço e num tempo tão singular. Mas e quando esse intervalo é muito longo, será que não há construção de identidade? Será que as presas não passam a se identificar com o conjunto de atributos culturais próprios da vida prisional? Entretanto, mesmo havendo dentro das prisões um processo de continuidade na identidade de gênero, há também descontinuidades, reformulações e crises.

Nesse sentido, se a prisão é apenas uma faceta, uma parte da existência, um intervalo na vida extra-muros, a prisão não é verdadeiramente “totalizante”, pois não recria totalmente os mesmos campos da vida dos indivíduos, nem assumem os mesmos efeitos de sentido. A população carcerária, seja feminina ou masculina, é heterogênea, de múltiplas origens e de renovação intensa, porém é percebida como uma unidade, como uma massa homogênea. A visão imposta do exterior sobre a população carcerária, é a de uma identidade negativa, estigmatizada e que tem uma inscrição espacial, ou seja, quem está preso (a) é delinqüente. Porém, aquele (a) que está preso (a) não se percebe necessariamente desse modo, não se reconhecem ou se identificam como delinquentes.

Os referenciais para a questão identitária na prisão se baseiam fortemente naqueles do mundo extra-muros, na reprodução das mesmas ideologias de gênero, ou então das mesmas desigualdades históricas de gênero, que são recriadas nas prisões. O trabalho nas creches e o cuidado com as crianças, o trabalho na limpeza, nas hortas, na cozinha e na lavanderia são alguns exemplos que demonstram como a variável gênero é explicitamente marcado nas relações sociais dentro das prisões, reforçando ou reformulando a construção social da identidade de gênero. O uso de uniformes (calças e camisetas) além da intenção de criar uma homogeneidade entre as presas, também é uma forma de ocultar o corpo, conformando-as à imagem considerada adequada para o gênero feminino: recato, pudor e discrição.

As reformulações identitárias vividas na prisão, bem como a crise de identidade sofrida por muitas mulheres, ao ficarem privadas da relação

maternal com os filhos, das relações de amizade, trabalho, família, vida conjugal e sexual, não são suficientes ou equivalentes para que elas assumam uma identidade de encarceradas, mesmo estando submetidas à reclusão, privadas de liberdade e de tantos outros elementos da vida de outrora. Estar na prisão é algo circunstancial, provisório, e, portanto, não há uma apropriação desse espaço como uma noção de pertencimento, de identificação simbólica. A vida prisional é apenas um intervalo – ora mais curto, ora mais longo – mas algo que passa, e os atributos culturais que prevalecem e fazem efeitos de sentidos para elas é o mundo exterior, a vida extra-muros.

Dessa forma, percebe-se que a construção social da identidade de gênero dentro das prisões obedece às lógicas culturais exteriores e anteriores à reclusão, pois se projetam ali no espaço fechado valores que definem o gênero e a identidade feminina na vida extra-muros. Os novos papéis que são desempenhados na prisão, as novas funções e relações sociais vividas na vida intra-muros, não substituem e não assumem significados da mesma importância daquelas vividas no mundo externo, o referente continua sendo os valores externos e anteriores à vida prisional.

Notas

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: claudiapriori@bol.com.br.

¹ Castells e Hall utilizam o termo *pós-modernidade* referindo-se ao período final do século XX, o que Giddens chamou de “modernidade tardia”.

² A questão da criminalidade feminina e o universo prisional é uma discussão parcial da pesquisa que venho realizando no Doutorado em História, o qual está em andamento, na Universidade Federal do Paraná.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CUNHA, Manuela P. da. “A reclusão segundo o gênero: os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade”. In: SEMINÁRIO NACIONAL EDUCAR O OUTRO. Coimbra: 2006.

CUNHA, Manuela P. da. **Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina**. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

DIAS, Maria Odila da S. **Quotidiano e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

PASTOR, Reyna. "Mujeres, gênero y sociedad". In: KNECHER, L. e PANAIÁ, M. (Eds.). **La mitad del país, la mujer em la sociedade argentina**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

PESCATELLO, A. **Female and male in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 1973.

SAMARA, Eni de Mesquita. "O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina". _____. **Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

Recebido em: fevereiro de 2010.

Aprovado em: junho de 2010.